

Novas análises dos níveis de literacia em Portugal: comparações diacrónicas e internacionais

Maria do Carmo Gomes, Patrícia Ávila, João Sebastião e António Firmino da Costa

Introdução

A presente comunicação centra-se, essencialmente, na apresentação de alguns resultados de um projecto europeu no domínio da literacia encomendado pela Comissão Europeia. O projecto foi coordenado pelo Office for National Statistics, em Londres, e envolveu, além do Reino Unido, a França, a Suécia e Portugal.¹ Os resultados encontram-se publicados no relatório *Measuring Adult Literacy. The International Adult Literacy Survey in the European Context* (Carey (ed.), 2000).

A encomenda desta pesquisa deveu-se ao surgimento de algumas dúvidas quanto à validade dos procedimentos metodológicos utilizados nos estudos internacionais de literacia, as quais ganharam forte visibilidade na Europa após um dos países participantes, a França, ter recusado a publicação dos seus resultados por considerar que estes subestimam o perfil de literacia da sua população. De um modo geral, o objectivo deste novo estudo consiste, assim, em avaliar, nas suas diferentes componentes, a metodologia desenvolvida nos estudos internacionais.

A participação portuguesa neste projecto revestiu-se de um carácter especial por dois motivos. Por um lado, por ser um país pertencente ao Sul da Europa, o qual não estava representado até à data nas pesquisas internacionais neste domínio. Por outro lado, por ser o único país (além dos Estados Unidos da América) que desenvolveu um estudo nacional de literacia, tornando-se assim possível comparar instrumentos de pesquisa diferentes, embora baseados em princípios comuns: a prova do Inquérito Internacional à Literacia dos Adultos e o teste desenvolvido pelos investigadores portugueses no Estudo Nacional de Literacia.

Os estudos sobre literacia: breve enquadramento

O conceito de literacia

A análise das competências de leitura, escrita e cálculo das populações adultas tem vindo a constituir-se como um importante objecto de estudo das ciências sociais ao longo das duas últimas décadas. Este novo objecto de estudo encerra, por um lado, novas problemáticas e conceptualizações, e por outro, o recurso a metodologias específicas que permitem a avaliação directa das competências atrás mencionadas.

Entende-se por *literacia* a capacidade de processamento, na vida diária (social, profissional e pessoal), de informação escrita de uso corrente contida em materiais impressos vários (textos, documentos, gráficos). Este conceito, actualmente já bastante difundido no nosso vocabulário, define-se por duas características nucleares: a) por permitir a análise da capacidade efectiva de *utilização na vida quotidiana* das competências de leitura, escrita e cálculo; b) e por remeter para um contínuo de competências que se traduzem em *níveis de literacia* com graus de dificuldade distintos.

¹ A equipa portuguesa foi constituída por quatro investigadores do CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia: João Sebastião, Patrícia Ávila, Maria do Carmo Gomes e António Firmino da Costa.

Através desta definição procura-se colocar o enfoque no uso das competências referidas em detrimento da posse de determinadas credenciais escolares, por se considerar que não é possível estabelecer uma correspondência simples e absoluta entre os níveis de instrução formal de uma população e o seu perfil de literacia. A literacia é desta forma entendida de um modo não estático, ou seja, considera-se que as competências de uma população neste domínio tendem a alterar-se, quer por via da evolução (positiva ou negativa) das capacidades individuais, quer por via da transformação permanente das exigências da própria sociedade. Simultaneamente, pretende-se com este conceito ultrapassar categorizações dicotómicas, como a que opõe alfabetizados e analfabetos, por serem redutoras da diversidade de situações sociais existentes. Nesta perspectiva, não é a *iliteracia* que se pretende identificar, mas sim o *perfil de literacia* de uma população, traduzido em níveis que reflectem graus diferenciados de competências accionadas em vários contextos.

Como se referiu, as pesquisas sobre esta temática assim problematizadas e informadas teoricamente têm como uma das suas principais características o facto de recorrerem a metodologias extensivas de avaliação directa, as quais implicam a construção de uma prova contendo um elevado número de tarefas, que têm como suportes diferentes textos escritos remetendo para as três dimensões da literacia – literacia em prosa, documental e quantitativa – e que procuram simular, tanto quanto possível, situações concretas do quotidiano com que os indivíduos se confrontam. A par desta prova, os estudos sobre literacia incluem ainda a recolha de informação, através de inquérito por questionário, sobre as condições de existência dos indivíduos, as práticas (declaradas) de utilização de materiais escritos e ainda as auto-avaliações de capacidades.

Evolução dos estudos de literacia: dos estudos nacionais ao primeiro estudo internacional

Os primeiros estudos de avaliação directa das competências de literacia realizaram-se nos Estados Unidos da América. Inicialmente as pesquisas neste domínio tinham como objectivo principal a avaliação da aquisição de competências específicas por parte das populações escolares, tendo-se estendido mais tarde às populações adultas. Os primeiros estudos de avaliação directa realizados junto de adultos tiveram lugar no início da década de 70 e pretendiam identificar os segmentos da população que não possuíam as competências mínimas para uma participação integral na vida em sociedade. Mais tarde, já em meados dos anos 80, são desenvolvidas as primeiras pesquisas no Canadá, ao mesmo tempo que nos Estados Unidos da América se realizam novos estudos que culminam em 1993 com o National Adult Literacy Survey (Kirsch, Jungeblut, Jenkins e Kolstad, 1993). Trata-se da primeira pesquisa em que o conceito de literacia é entendido como um contínuo de competências, considerando-se que não faz sentido tratar a literacia como uma capacidade “dicotómica” que os indivíduos têm ou não têm. O objectivo passa a ser a determinação do perfil de literacia da população a partir da análise dos seus desempenhos num amplo conjunto de tarefas que reflectem os vários tipos de materiais e de usos com que se defrontam na vida quotidiana.

Sob a coordenação de um organismo canadiano (Statistics Canada) e com o apoio da OCDE, seguiu-se o primeiro estudo internacional de literacia – o International Adult Literacy Survey (IALS) – o qual utilizou uma abordagem muito semelhante à desenvolvida no National Adult Literacy Survey. Os primeiros resultados desta pesquisa foram publicados em 1995 (Tuijnman *et al.*, 1995), tendo sido dois os objectivos fundamentais do projecto: em primeiro lugar, o desenvolvimento de medidas que permitissem comparar o desempenho de pessoas com uma grande variedade de competências; em segundo lugar, e em função da concretização do primeiro objectivo, pretendia-se descrever e comparar os níveis de literacia de indivíduos de diferentes países. Utilizando uma mesma

prova e inquérito por questionário (traduzidos do inglês para as línguas dos países participantes) procurou-se, deste modo, conhecer a distribuição por níveis de literacia das populações de cada país.

O conceito de literacia é então definido como: “a capacidade de utilizar informação escrita e impressa para responder às necessidades da vida em sociedade, para alcançar objectivos pessoais e para desenvolver os conhecimentos e os potenciais próprios” (Tuijnman, *et al.*, 1995: 13).

Após uma primeira fase em que participaram nove países - Canadá, França, Alemanha, Irlanda, Holanda, Polónia, Suécia, Suíça (cantão francês e alemão) e os Estados Unidos da América - o estudo internacional de literacia foi sendo sucessivamente aplicado noutros contextos. Em 1996, juntaram-se também, a esta pesquisa internacional, a Austrália, a Bélgica (parte flamenga), o Reino Unido, a Nova Zelândia e a Irlanda do Norte. Finalmente, em 1998, outros nove países participaram numa terceira fase da pesquisa: Chile, República Checa, Dinamarca, Finlândia, Hungria, Itália, Noruega, Eslovénia e Suíça (cantão italiano). Como adiante se explicará, também Portugal obteve, nesse mesmo ano, resultados neste estudo internacional. A apresentação e análise dos resultados dos vários países que participaram nas sucessivas fases deste estudo internacional encontram-se publicados no relatório *Literacy in the Information Age. Final Report of the International Adult Literacy Survey* (Tuijnman (ed.) *et al.*, 2000).

O Estudo Nacional de Literacia

Em Portugal, o primeiro estudo de avaliação directa das competências de leitura, escrita e cálculo da população adulta foi o Estudo Nacional de Literacia (ENL), realizado por uma equipa coordenada por Ana Benavente, da qual faziam também parte Alexandre Rosa, António Firmino da Costa e Patrícia Ávila. O estudo deu origem ao livro *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica* (Benavente, Rosa, Costa e Ávila, 1996).²

Esta pesquisa, de âmbito nacional, foi desenvolvida ao mesmo tempo que decorria a primeira fase do estudo internacional de literacia, tendo-se constituído como um referencial teórico, metodológico e empírico dos estudos sobre literacia da população adulta portuguesa.

Partiu-se, nesse estudo, de uma conceptualização da literacia semelhante à que foi proposta nas recentes pesquisas internacionais. Ou seja, em concreto, entendeu-se genericamente literacia como as *capacidades de processamento de informação escrita na vida quotidiana*.

Em termos metodológicos o modelo seguido para a operacionalização do conceito foi igualmente a avaliação directa das competências de leitura, escrita e cálculo da população, através da construção de uma prova nacional composta por um conjunto de tarefas remetendo para os domínios pessoal, social e profissional. Assim, ao mesmo tempo que vários países participavam no primeiro estudo internacional nesta área, o qual implicava que em todos eles fosse aplicada uma mesma prova (suportes e tarefas), o Estudo Nacional de Literacia desenvolveu de raiz um teste de literacia. Inspirado no mesmo modelo teórico e metodológico subjacente ao estudo internacional, este teste foi construído tendo em conta não só a especificidade do contexto sociocultural da realidade portuguesa mas, sobretudo, a preocupação em avaliar competências de literacia transversais às sociedades contemporâneas.

No plano empírico este estudo possibilitou a recolha de um conjunto alargado de dados, nomeadamente em relação a três eixos principais: a distribuição da população por níveis de literacia; as práticas declaradas de leitura,

² Esta pesquisa foi realizada no quadro do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa com base num protocolo com o Conselho Nacional de Educação e a Fundação Calouste Gulbenkian. O trabalho de campo foi realizado pelo INE.

escrita e cálculo na vida pessoal e profissional; e as auto-avaliações dessas competências. O inquérito foi aplicado a uma amostra representativa da população nacional constituída por 2449 indivíduos, com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos.

À semelhança do que aconteceu no estudo internacional, a prova de avaliação directa das competências de literacia desenvolvida em Portugal incorporou tarefas relativas à literacia em prosa, documental e quantitativa. A principal diferença entre as duas provas reside no número de tarefas, o qual foi bastante mais reduzido na prova nacional – 33 itens face a 140 no estudo internacional. Por esse motivo o desenho da aplicação foi também distinto: enquanto no inquérito internacional existe um sistema de rotação de sete cadernos (que permite que, respondendo cada inquirido apenas a um desses cadernos, os dados finais disponíveis sejam extrapolados para o conjunto dos itens), na prova desenvolvida em Portugal foi utilizado um único caderno de tarefas para todos os inquiridos.³ A principal vantagem desta metodologia reside na possibilidade de usar apenas respostas efectivas, dispensando imputações através de procedimentos complexos como o Item Response Theory (IRT).⁴ A principal desvantagem reside na impossibilidade de construir três escalas de literacia autónomas devido ao reduzido número de tarefas disponíveis para cada uma.

A partir dos resultados da prova de avaliação directa de competências foi então possível construir uma única escala compreendendo as três dimensões mencionadas (literacia em prosa, documental e quantitativa), que permitiu situar a população portuguesa em cinco níveis distintos de literacia.⁵ A figura 1 apresenta essa distribuição em 1994.

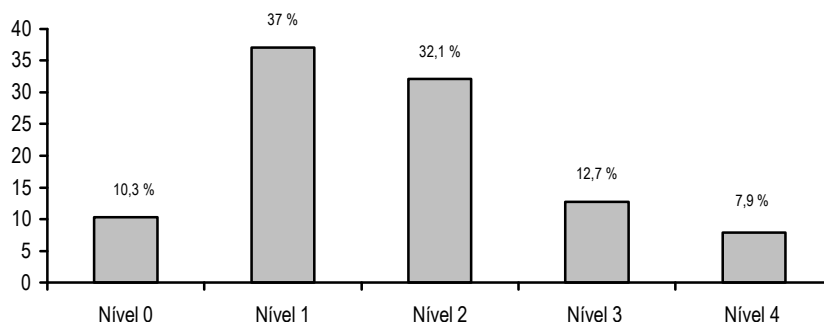


Figura 1: Resultados globais da distribuição da população adulta (15-64 anos) por níveis de literacia – 1994

³ A utilização de um menor número de tarefas na prova portuguesa está directamente relacionada com a existência de um único caderno. Não utilizando o sistema de rotação de cadernos, a inclusão de um maior número de itens tornaria excessivamente longo o tempo de realização das entrevistas.

⁴ Este método é usado no Estudo Internacional de Literacia para determinar o nível de competências de cada indivíduo. Uma vez que os inquiridos não respondem a todos os itens (podendo ser vários os motivos da não resposta) este método permite estimar a probabilidade que determinado indivíduo tem de responder correctamente a uma tarefa específica. Uma das críticas mais frequentemente dirigida ao Estudo Internacional de Literacia tem a ver precisamente com a excessiva complexidade, e mesmo opacidade dos modelos IRT. Sendo desenvolvidos e utilizados quase exclusivamente nos Estados Unidos da América e sendo um organismo desse país (o Educational Testing Service) o responsável pelo apuramento dos dados de todos os países, estes modelos são vistos pelas várias equipas nacionais como uma espécie de caixa negra (Carey (ed), 2000). Uma especificação detalhada da metodologia seguida no Estudo Internacional de Literacia encontra-se no respectivo relatório técnico (Murray, Kirsch e Jenkins, 1998).

⁵ A explicação pormenorizada da construção dos níveis de literacia nesta pesquisa encontra-se no terceiro capítulo do livro *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica* (Benavente, Rosa, Costa e Ávila, 1996).

Como se pode verificar através da análise deste gráfico, a maior parte dos inquiridos situa-se em níveis de literacia baixos ou muito baixos, sendo bastante reduzidas as percentagens correspondentes aos níveis superiores de literacia. No Nível 0 situam-se 10,3% dos inquiridos, cujo posicionamento revela a incapacidade de resolver correctamente qualquer das tarefas. Os Níveis 1 e 2 englobam as maiores percentagens (37,0% e 32,1%, respectivamente). Finalmente, no Nível 3 localiza-se 12,7% da população e no Nível 4 surge apenas 7,9%.

Estes resultados possibilitaram uma primeira reflexão em torno do perfil de literacia da população portuguesa. No entanto, uma das principais fragilidades desta pesquisa é a incerteza quanto ao grau em que os resultados nacionais podem ser comparados com os de outros países, nomeadamente com aqueles que participaram no estudo internacional.

Principais contornos e objectivos de um projecto de avaliação do estudo internacional de literacia

O projecto europeu recentemente concluído e sobre o qual se irão apresentar alguns resultados teve na sua origem, como já se referiu, o facto de existirem sinais de alguma contestação à validade dos estudos internacionais de literacia, nomeadamente no que diz respeito à possibilidade de os dados dos vários países participantes poderem ser comparados, uma vez que os resultados evidenciam fortes diferenças entre os países.

Face às acentuadas disparidades encontradas dois tipos de considerações foram desenvolvidas. A primeira justifica os resultados argumentando que também ao nível de outras variáveis fortemente relacionadas com o nível de literacia (como é o caso da escolaridade) existem fortes diferenças, pelo que os resultados não são surpreendentes. A segunda defende que as diferenças entre países apuradas no estudo internacional são, ainda assim, excessivamente acentuadas para serem consideradas plausíveis, sobretudo no que diz respeito à França (Carey (ed), 2000: 1)

Nesta perspectiva, o objectivo principal do estudo consistiu precisamente em averiguar a hipótese de os resultados das pesquisas extensivas internacionais, em particular o estudo internacional de literacia, poderem reflectir enviesamentos de vários tipos que importava identificar.

Na sua concretização o projecto envolveu inúmeras componentes, desenvolvidas em paralelo, as quais em seguida se apresentam de forma muito sintética. Em primeiro lugar, foi feita uma revisão do modo de aplicação nos vários países do estudo internacional de literacia, ao mesmo tempo que se realizaram análises secundárias dos dados com o objectivo de identificar possíveis problemas. Uma segunda componente da pesquisa caracterizou-se pela tentativa de comparar os modos, ou práticas, de implementação de pesquisas extensivas em vários países europeus, por exemplo no que se refere aos métodos de amostragem habitualmente utilizados. Finalmente, a dimensão mais importante do projecto implicou a recolha de novos dados nos quatro países participantes.

Foram várias as etapas e os objectivos que o projecto procurou atingir relativamente a esta última componente:

- a) Foi desenvolvida uma pesquisa qualitativa para compreender as reacções e atitudes dos inquiridos perante o inquirido em causa, abarcando dimensões como o nível de compromisso dos respondentes na resolução das tarefas, a compreensão dos objectivos deste tipo de investigação, e a exploração de meios para maximizar as motivações individuais.
- b) Uma pesquisa quantitativa com base em amostras de pequena dimensão procurou avaliar o impacto que incentivos financeiros e/ou

informativos poderiam ter no desempenho dos inquiridos. Os resultados não foram conclusivos, mas apontam para a inexistência de qualquer efeito quanto aos incentivos financeiros.

- c) Uma pesquisa extensiva mais alargada, com recurso a amostras de maior dimensão, foi em seguida desenvolvida com os seguintes objectivos: testar a estabilidade dos indicadores de literacia diacrónica e internacionalmente; avaliar os eventuais problemas associados à tradução dos materiais, no caso específico da França; conhecer qual o impacto das práticas de desenvolvimento do trabalho de campo nos diferentes países; e, finalmente, comparar os resultados de dois estudos de literacia – o estudo nacional desenvolvido em Portugal em 1994 e o estudo internacional a que se tem vindo a fazer referência. É precisamente em relação a esta última etapa que serão apresentados alguns resultados centrados na participação portuguesa.

O desenho metodológico foi bastante semelhante em todos os países participantes no projecto, à excepção de Portugal. Assim, o Reino Unido, a Suécia e a França voltaram a aplicar o inquérito do estudo internacional de literacia a duas amostras de 300 indivíduos cada, sendo que uma reproduzia as condições de recolha de informação seguidas naquela pesquisa e a outra procurava otimizar os procedimentos seguidos no trabalho de campo, nomeadamente através da prestação de esclarecimentos adicionais aos respondentes (“best practice”) e do recurso a uma nova tradução da prova, no caso da França.

No caso de Portugal, o desenho da pesquisa assumiu contornos muito específicos. Para que a comparação entre o estudo internacional de literacia e a pesquisa portuguesa fosse possível, houve que aplicar, pela primeira vez, o inquérito daquele estudo em Portugal e, ao mesmo tempo, obter uma nova amostra da prova nacional. A participação portuguesa traduziu-se, assim, na aplicação do teste utilizado no estudo internacional de literacia a uma amostra de 1200 indivíduos representativa da população portuguesa residente no continente e com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos, e numa reaplicação do estudo nacional a 300 indivíduos seleccionados aleatoriamente entre os que fizeram parte da amostra de 1994. Para controlar melhor a comparabilidade excluíram-se desta última amostra reduzida os indivíduos que naquele ano se localizavam no nível 0 de literacia.

Quadro 1: Síntese do modelo de recolha de informação seguido nos quatro países participantes

Modelo de Inquirição	Grã-Bretanha	Suécia	França	Portugal
IALS	300 aplicações dos testes IALS	300 aplicações dos testes IALS	300 aplicações dos testes IALS	300 aplicações dos testes ENL
“Best Practice”	300 aplicações dos testes IALS segundo o modelo “best practice”	300 aplicações dos testes IALS segundo o modelo “best practice”	500 aplicações dos testes IALS segundo o modelo “best practice” e com nova tradução	1200 aplicações dos testes IALS segundo o modelo “best practice” (nova amostra)

A concretização deste estudo envolveu o recurso a um vasto conjunto de procedimentos analíticos e metodológicos, os quais implicaram o confronto de aplicações sucessivas dos testes, separadas no tempo por alguns anos, e no caso concreto da participação portuguesa permitiu ainda o confronto entre instrumentos de recolha diferentes, embora baseados numa mesma gramática conceptual e operativa.

Em termos globais, a componente portuguesa desta investigação permitiu atingir, simultaneamente, três objectivos:

- Comparar os resultados da reaplicação, em 1998, da prova do estudo nacional de literacia com os resultados de 1994 para aferir sobre a consistência dos indicadores;
- Comparar os resultados obtidos através de duas formas de operacionalizar o mesmo quadro conceptual – o Estudo Nacional de Literacia e o Estudo Internacional de Literacia;
- Comparar, pela primeira vez, os dados de Portugal com os dos outros países participantes no estudo internacional de literacia.

De seguida, apresentam-se alguns dos resultados relativos à participação portuguesa neste projecto.

Principais resultados do projecto europeu: comparações diacrónicas, metodológicas e internacionais

Comparações diacrónicas

Como já foi referido, uma das componentes do projecto passava por medir diacronicamente a consistência dos indicadores. Para esse efeito, procedeu-se a uma comparação dos resultados das aplicações do teste nacional, em 1994 e em 1998. A figura 2 apresenta os resultados dessa comparação. Sublinhe-se que o objectivo era, aqui, estritamente metodológico. Como foi dito, uma vez que a segunda amostra teve de ser bastante reduzida, optou-se, para melhor comparabilidade, por não incluir nesta base de amostragem os indivíduos que em 1994 não tinham tido conseguido resolver nenhuma das tarefas correctamente. Os dados da figura 2 não podem, pois ser tomados como uma caracterização efectiva do perfil de literacia da população adulta portuguesa. Para uma caracterização não distorcida há que recorrer aos dados da figura 1 ou da figura 3.

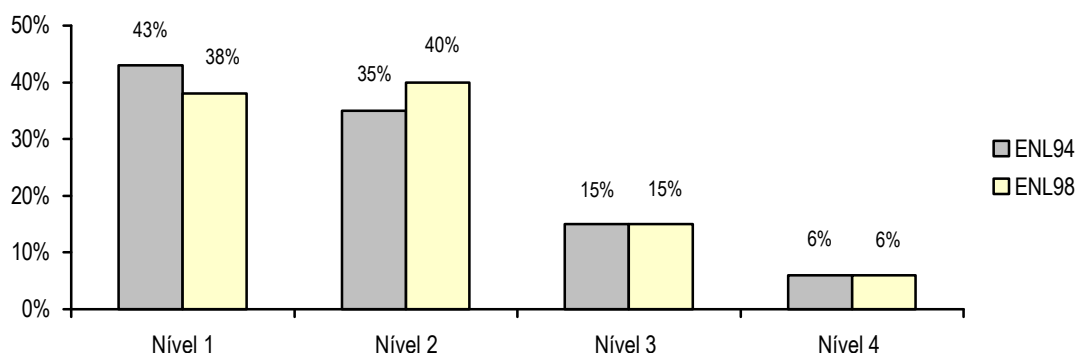


Figura 2: Resultados comparados da distribuição da população adulta por níveis de literacia 1994-1998

Como se pode observar através da análise deste gráfico os perfis encontrados são quase idênticos. Os níveis mais baixos apresentam uma ligeira variação de 5% do Nível 1 para o Nível 2, enquanto que nos níveis mais altos (Níveis 3 e 4) não se registou nenhuma flutuação.

No curto intervalo temporal considerado não eram de esperar alterações significativas no perfil de literacia da população adulta – domínio em que eventuais mudanças relevantes não poderão deixar de implicar temporalidades mais alongadas. Em contrapartida, o que, noutra registo, estes resultados vêm

confirmar é a consistência dos indicadores utilizados no Estudo Nacional de Literacia.

Comparações metodológicas

Como foi já referido, um dos problemas que se tem colocado às pesquisas sobre literacia tem a ver com a possibilidade de comparação dos resultados entre os vários países. O principal argumento contra estas pesquisas tende a sublinhar a impossibilidade da comparação dos resultados devido ao efeito do contexto sociocultural, o qual poderá ter impactos diferenciados, nomeadamente, no grau de dificuldade das várias tarefas propostas. Tais posições defendem assim, que não é possível aplicar uma mesma prova, contendo exactamente os mesmos suportes e tarefas, em diferentes países, sendo muito problemático assegurar que os graus de dificuldade sejam semelhantes para todos.

Outros argumentos, de sinal contrário, sublinham a possibilidade de comparar, em diferentes contextos socioculturais, competências processuais equivalentes e cada vez mais transversalmente inscritas na vida social contemporânea, desde que a operacionalização correspondente seja feita com o necessário rigor, nos vários aspectos metodológicos envolvidos.

Sendo Portugal o único país em que foram aplicadas duas provas de literacia distintas – uma nacional e a outra internacional – mas desenvolvidas a partir do mesmo quadro conceptual e metodológico, a comparação dos resultados dos dois inquéritos apresenta-se como uma oportunidade pioneira para testar através da pesquisa empírica os dois tipos de argumento em confronto.

A comparação entre os dois inquéritos apresenta-se, pois, como um contributo decisivo para a reflexão em torno das implicações das várias opções metodológicas que podem ser seguidas nos estudos de avaliação directa da literacia.

Na análise comparativa que aqui se procede, importa ter presente que uma das diferenças entre os dois testes é o facto de o inquérito internacional utilizar três escalas (prosa, documento e quantitativo), enquanto que no estudo nacional, devido ao menor número de tarefas que contém, se englobaram as três dimensões de literacia numa única escala. A equivalência quase completa, atrás verificada entre as aplicações do teste nacional em 1994 e 1998, legitima a utilização dos dados recolhidos em 1994 (a partir de uma amostra de 2449 indivíduos) para efeito da comparação dos resultados do Estudo Nacional de Literacia e do Estudo Internacional de Literacia. A figura 3 apresenta os dados relativos à aplicação, em 1998, dos testes do Estudo Internacional de Literacia em Portugal em comparação com os resultados a que chegou, em 1994, o Estudo Nacional de Literacia.

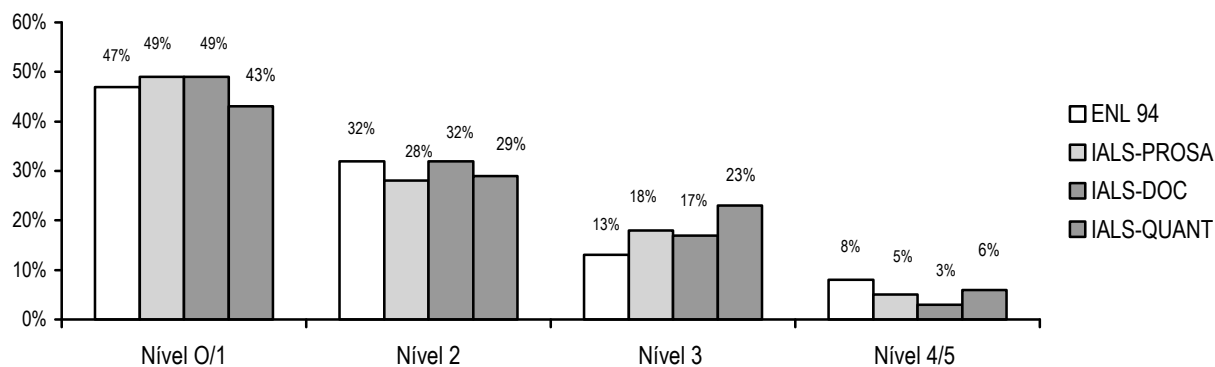


Figura 3: Resultados comparados da distribuição da população adulta por níveis e escalas de literacia (ENL 94 e IALS 98)

A leitura do gráfico mostra, de forma bastante nítida, a proximidade dos resultados das duas provas quanto ao perfil de literacia da população portuguesa. Tomando como referência as escalas relativas à prosa e ao documento, verifica-se que as distribuições são praticamente idênticas à apurada através do Estudo Nacional de Literacia. A diferença mais nítida, embora não muito expressiva, ocorre em relação à literacia quantitativa: os dados do inquérito internacional parecem indiciar a existência de uma percentagem mais baixa de indivíduos nos Níveis 0/1, ao mesmo tempo que é mais elevada a percentagem dos que se situam no Nível 3.

Fica assim evidenciada a consistência entre os resultados obtidos através da aplicação dos instrumentos de avaliação directa dos níveis de literacia desenvolvidos em Portugal e os decorrentes da aplicação no país do inquérito internacional.

Comparações internacionais

Apresentados os resultados relativos às comparações diacrónicas e metodológicas, mostram-se de seguida os dados, recolhidos no âmbito deste projecto europeu, da aplicação do inquérito internacional em França, Portugal, Reino Unido e Suécia.

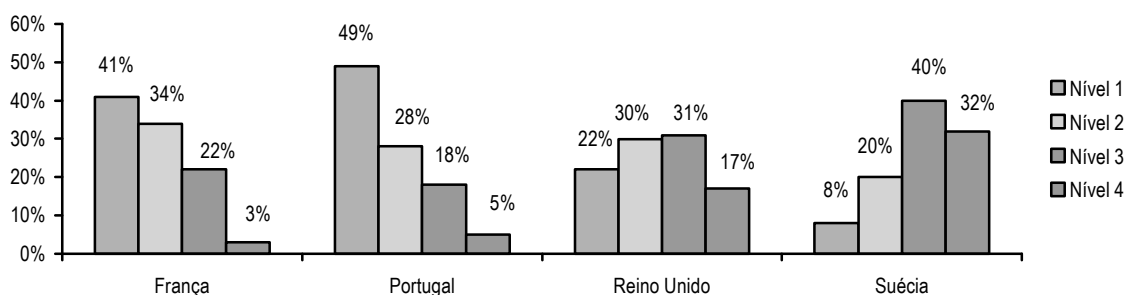


Figura 4: Resultados comparados da distribuição da população adulta por níveis de literacia na escala de prosa

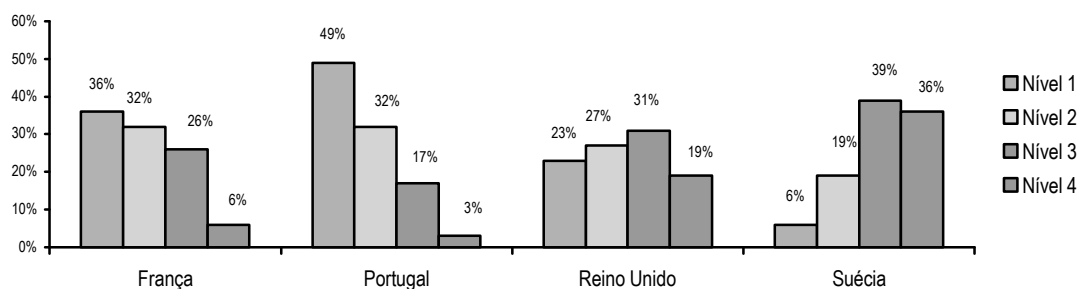


Figura 5: Resultados comparados da distribuição da população adulta por níveis de literacia na escala de documento

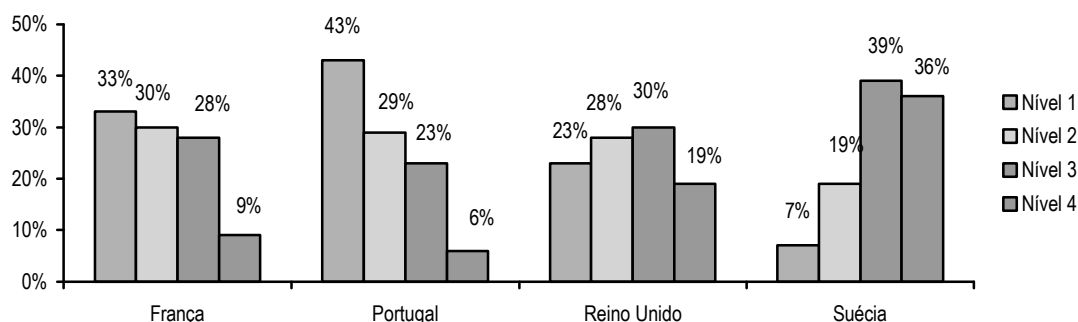


Figura 6: Resultados comparados da distribuição da população adulta por níveis de literacia na escala quantitativa

Analisando a distribuição da população adulta portuguesa por níveis de literacia comparativamente aos restantes países participantes (Figuras 4, 5 e 6), constata-se que a população adulta com níveis de literacia médios e elevados (Níveis 3, 4 e 5) é maioritária na Suécia, em qualquer das três escalas de literacia consideradas (prosa, documento, quantitativo). No Reino Unido as pessoas posicionadas nestes níveis são aproximadamente em igual número às que têm competências de literacia fracas ou muito fracas (Níveis 1 e 2). Em França o perfil de literacia apresenta ligeiro mas nítido enviesamento no sentido dos níveis mais baixos, tendência essa que é ainda bastante mais acentuada no caso de Portugal.

Esta pesquisa revela para Portugal um perfil de competências de literacia preocupante, mas não surpreendente, tendo em conta os atrasos históricos no processo de escolarização do país, contrastante, por exemplo, com a distribuição da população sueca relativamente a estes indicadores.

Algumas conclusões

Da participação portuguesa numa das componentes do projecto aqui apresentado sobressaem algumas conclusões que não podem deixar de ser referidas, tendo em conta os resultados atrás descritos e analisados.

Em primeiro lugar, a confirmação da existência de uma concentração acentuada da população portuguesa nos níveis mais baixos de literacia, o que se constatou quer através da actualização dos resultados do estudo nacional realizado em 1994 (a partir da reaplicação da prova em 1998), quer através dos resultados do inquérito internacional.

Em segundo lugar, a validação das provas de literacia desenvolvidas no Estudo Nacional de Literacia, através da confirmação da estabilidade dos indicadores nas análises diacrónicas e da fiabilidade dos dados obtidos por comparação com os resultados da aplicação do teste do estudo internacional.

Por último, o confronto entre duas provas de literacia, uma nacional e a outra internacional, permitiu verificar que os resultados atingidos são muito semelhantes, o que está certamente relacionado com o facto de ambas terem decorrido de um processo de operacionalização que teve por base um quadro conceptual e uma metodologia em muitos aspectos semelhantes. As competências de leitura, escrita e cálculo que os indivíduos necessitam de possuir para poderem lidar com os diversos problemas que as sociedades contemporâneas lhes colocam, no que diz respeito à informação escrita, parecem assim poder ser entendidas como transversais aos vários países e contextos socioculturais contemporâneos. E a respectiva comparação parece viável desde que esteja presente na construção das provas uma conceptualização apropriada

e um conjunto de requisitos de rigor metodológico, o que aconteceu em ambas as pesquisas.

Em termos mais específicos, os resultados da pesquisa aqui apresentada expressaram-se (Carey (ed), 2000) numa série de recomendações metodológicas, no exame de alguns problemas de concepção, de análise e de contextualização, e no enunciado de linhas de aprofundamento e aperfeiçoamento deste tipo de estudos, nomeadamente no que diz respeito à aplicação dos testes de literacia internacionais em contexto europeu. Um dos pontos assinalados é o facto do Estudo Nacional de Literacia desenvolvido em Portugal poder constituir uma operação menos pesada – no trabalho de campo, na análise de dados e nos custos financeiros – permitindo no entanto caracterizações idênticas dos perfis de literacia das populações. Em contraponto, não possibilita uma análise tão pormenorizada das dimensões de literacia e dos mecanismos sociocognitivos nelas implicados.

Para além dos resultados aqui apresentados, que constituem essencialmente um conjunto de conclusões importantes para as discussões metodológicas centrais das pesquisas sobre literacia, importa sublinhar que a problemática em estudo é demasiado abrangente e complexa para se esgotar nesta comunicação.

De fora ficam todas as reflexões sobre a importância que estas pesquisas adquirem actualmente no contexto das sociedades da informação e do conhecimento, e também os resultados importantíssimos sobre os mecanismos sociocognitivos presentes na utilização das competências de leitura, escrita e cálculo. Ficam também por analisar as relações entre os níveis de literacia das populações e um conjunto de parâmetros sociais que as caracterizam, traduzindo as suas condições de existência e os seus trajectos de vida, assim como a apresentação de indicadores actualizados relativos às práticas de literacia e às auto-avaliações dessas competências nos contextos pessoais, profissionais e sociais. Em aberto ficam ainda as relações entre os procedimentos extensivo-quantitativo de análise da literacia e as abordagens de carácter monográfico, qualitativas e contextuais, aliás ensaiadas igualmente no quadro do Estudo Nacional de Literacia.

Referências bibliográficas

BENAVENTE, Ana, ROSA, Alexandre, COSTA, António F., ÁVILA, Patrícia (1996), *A Literacia em Portugal. Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CAREY, Siobhán (ed.), BRIDGWOOD, Ann, THOMAS, Margaret, ÁVILA, Patrícia, (2000), *Measuring Adult Literacy. The International Adult Literacy Survey (IALS) in the European Context*, Londres, ONS.

COSTA, António F., ÁVILA, Patrícia (1998), "Problemas da/de Literacia: uma investigação na sociedade portuguesa contemporânea" in *Ler História – Modernidade e Educação em Portugal*, 35, 127-150.

KIRSCH, Irwin S., JUNGEBLUT, Ann, JENKINS, Lynn, KOLSTAD, Andrew (1993), *Adult Literacy in America*, Washington, National Center for Education Statistics.

TUIJNMAN, Albert (ed.) *et al.*, (2000), *Literacy in the Information Age. Final Report of the International Adult Literacy Survey*, Paris, OECD/Statistics Canada.

TUIJNMAN, Albert, KIRSCH, Irwin, JONES, Stan, MURRAY, T. Scott (1995), *Literacy, Economy and Society: Results of the First International Adult Literacy Survey*, Paris, OECD/Statistics Canada.

TUIJNMAN, Albert (ed.) *et al.*, (1997), *Literacy Skills for the Knowledge Society*, Paris, OECD/Human Resources Development Canada.